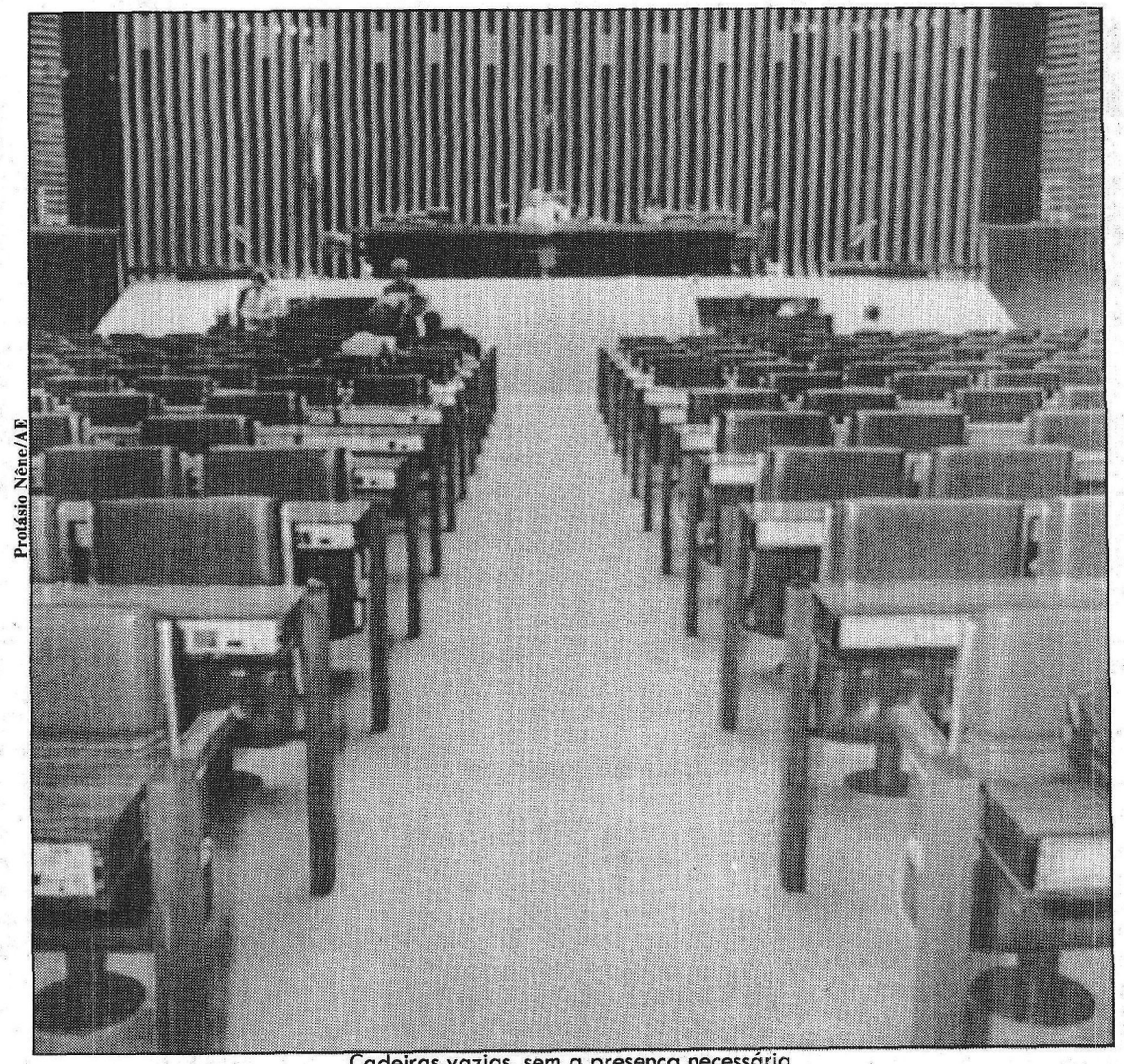
Congresso está paralisado pelas eleições

O Congresso não conseguiu trabalhar ontem, nem depois do acordo de líderes para o esforço concentrado, que significaria reunir todos parlamentares num único dia e votar os assuntos de consenso para ninguém em época de eleição, perder muito tempo. Nem a Câmara, nem o Senado puderam sequer abrir suas sessões por falta de quórum, isto é, não contaram com o número mínimo e necessário de parlamentares para iniciar os trabalhos. Apenas 30 deputados e 20 senadores marcaram suas presenças em plenário. Assim, os mesmos líderes que haviam acertado o mutirão que não aconteceu ontem, na semana passada, reservaram mais um dia para mais uma rodada de negociações.

Dois períodos de esforço concentrado haviam sido acertados: o desta semana e o da penúltima semana do mês, entre os dias 21 e 23 próximos. O alvo dos líderes, mesmo assim, continua sendo o veto presidencial à política da indexação salarial, aprovada pela Câmara e Senado antes do recesso de julho. Eles acreditam que o veto será apreciado no dia 21, quando a comissão destacada para relatar a matéria, já terá encerrado sua tarefa. "A comissão rejeitará o veto por cinco votos a um", previu, ontem, em Brasília, o deputado Tidei de Lima (PMDB-SP). O voto contrário será do senador João Lobo (PFL-PI) — um dos seis parlamentares que integram a comissão. Os parlamentares governistas, contudo, tentam negociar a manutenção do veto, oferecendo a compensação da extensão do abono de 3 mil aos aposentados e pensionistas da Previdência. Com esse objetivo, o senador Marcos Maciel (PFL-PE) reúne-se amanhã com a ministra Zélia.



Protásio Nêne/AE

Cadeiras vazias, sem a presença necessária para votações, o Congresso adia assuntos de interesse da maioria da população.

Seja como for, a oportunidade perdida ontem, adia a votação de matérias de interesse geral. Milhares de aposentados, por exemplo, aguardam a aprovação do Plano de Custeio e Benefícios para deixarem a ativa. Tramitam no Congresso, ainda, temas como o Código de Defesa do Consumidor, a Lei Agrícola e o tabelamento dos juros em 12% ao ano. Mais ainda, esse Congresso que, em 1988, votou a nova Constituição teria mais de 100 leis ordinárias e complementares para votar. Sem essa regulamentação, os direitos previstos na Constituição não terão nenhuma validade.

Caso os parlamentares repitam o gesto também no próximo esforço concentrado, todas as questões ficarão pendentes até, pelo menos, o início de outubro, isto é, depois que ocorrerem as eleições. A paralisia dos parlamentares, que estão ganhando salários sem trabalhar, agrada pelo menos a setores do governo. Preocupado com a questão dos juros, o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, já ligou diversas vezes ao deputado José Lourenço (PDS-BA). "Ele sempre me pede para que o tabelamento não seja votado", contou ontem o deputado.